



CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA
Anticorrupção - Transparência - Integridade

Compreendendo como a corrupção favoreceu a contração das dívidas ocultas

Em 2013, a ProIndicus e a EMATUM - duas empresas recém-criadas pelo Estado moçambicano - não reuniam condições para receber empréstimos comerciais de 1.4 mil milhão de dólares do Credit Suisse. Representavam alto risco de falharem com o pagamento de reembolsos. Mas as duas empresas receberam os empréstimos e poucos anos depois, falharam com os pagamentos das prestações de reembolsos...como era previsível.

Em 2013, o Estado moçambicano não reunia condições financeiras para emitir garantias soberanas a favor de empréstimos comerciais de 1.4 mil milhão de dólares. Mas o então Ministro das Finanças, Manuel Chang, assinou as garantias para avalizar os empréstimo.

Nesse ano, a Privinvest - empresa que iria executar os projectos da ProIndicus e EMATUM, também não reunia condições reputacionais para receber 1.4 mil milhões de dólares. E mais, o dinheiro devia ser desembolsado em fases, em função da avaliação positiva da implementação dos projectos no terreno. Mas o Credit Suisse transferiu todo o montante dos empréstimos para a Privinvest, antes do início da execução dos projectos.

O que fez com que os colaboradores do Credit Suisse violassem as regras internas de concessão de empréstimos e o então ministro moçambicano das finanças violasse as regras de emissão de garantias soberanas? **A resposta é: corrupção.**

Corrupção no Credit Suisse

Surjan Singh era director da Global Finance Group no Credit Suisse. Foi ele que assinou os dois acordos de concessão de empréstimo à ProIndicus e à EMATUM. Acima de Singh estava Andrew Pearse, director do Grupo de Financiamento de Mercados Emergentes do Credit Suisse. Os dois bancários confessaram em sede do tribunal norte-americano que julga o caso, terem recebido a soma de 54.7 milhões de dólares em comissões ilegais, para influenciar a concessão de empréstimos à ProIndicus e à EMATUM. Devido à corrupção, os dois directores do Credit Suisse violaram as regras internas de concessão de empréstimos que vigoravam no banco.

Andrew Pearse confessou ter recebido 49 milhões de dólares de comissões enquanto Surjan Singh confessou ter recebido 5.7 milhões de dólares de comissões. A comissão para ambos foi proposta pelos executivos da Privinvest Holding, nomeadamente Jean Boustani e Iskandar Safa, alegaram os dois em tribunal que julga o caso nos Estados Unidos da América (EUA).

Andrew Pearse disse no dia 16 de Outubro de 2019 ao tribunal que o Credit Suisse tinha apenas 200 milhões de dólares para emprestar às empresas moçambicanas, então ele teve de se engajar em mobilizar mais dinheiro dos credores e investidores de fundos globais para aumentar o montante dos empréstimos. Fez este esforço porque lhe

foi prometida comissão ilícita proporcional ao valor que iria mobilizar.

“A venda dos empréstimos e a venda dos títulos foram projectadas para maximizar o tamanho dos empréstimos que poderiam ser concedidos para os projectos, e era importante para o réu (Jean Boustani) e para mim mesmo que maximizássemos o tamanho dos empréstimos e eu sabia que a única maneira de fazer isso era envolver terceiros investidores. Refiro-me aos bancos e investidores internacionais que acabaram adquirindo partes dos empréstimos e títulos. Recebi uma percentagem do valor do financiamento [à Moçambique] por isso, fui economicamente incentivado a maximizar o tamanho do empréstimo”, explicou Pearse ao Tribunal.

Por sua vez, Surjan Singh disse ao Tribunal que para que os empréstimos fossem concedidos às empresas moçambicanas, foram violadas regras internas do Credit Suisse, que se tivessem sido observadas, os empréstimos não teriam sido desembolsados.

Contou que os empréstimos da ProIndicus e da EMATUM passaram por pelo menos quatro comités de avaliação de riscos diversos: comité de Riscos reputacionais [das entidades envolvidas]; comité de anti-suborno; comité de riscos políticos; comité anti-lavagem de dinheiro. Mas a informação submetida à estes comités foi falsificada para permitir a aprovação dos empréstimos.

“Quando se fez diligência a Privinvest e ao seu dono, Iskandar Safa, apurou-se que havia riscos reputacionais devido ao envolvimento de Safa na Crise de Reféns no Líbano (Lebanon Hostage Crisis)...”, afirmou Singh.

“Tomei conhecimento de que a Privinvest iria pagar comissões ilícitas ao meu chefe Andrew Pearse, em Março de 2013. Foi logo depois da assinatura de contrato de empréstimo da ProIndicus mas antes da execução dos desembolsos. Devia ter denunciado isto ao chefe do meu chefe e ao comité anti-suborno...”, acrescentou.

“Pela minha experiência, o valor dos empréstimos não devia ter sido desembolsado em transações únicas. Devia ter sido desembolsado em fases, mediante a avaliação

positiva de progressão dos projectos no terreno para evitar riscos de incumprimento dos pagamentos”, realçou Singh.

Segundo Singh, todas estas regras foram violadas por causa das comissões ilícitas pagas pela Privinvest à pessoas chaves no Credit Suisse.

Subornos para ‘comprar’ garantias soberanas

Do lado de Moçambique, a **corrupção** serviu para assegurar a emissão de garantias soberanas que avalizaram as dívidas, bem como para obter aprovação dos projecto pelo Governo.

Em Moçambique ainda ninguém confessou o crime, mas as acusações, tanto do Departamento da Justiça dos EUA, como do Ministério Público de Moçambique, mostram que Manuel Chang recebeu pelo menos 12 milhões de dólares para assinar as garantias do Estado que avalizaram os empréstimos. Chang assinou estas garantias violando a Lei do Orçamento do Estado de 2013 e a Constituição da República, que obrigam o Governo a obter a aprovação da Assembleia da República para emitir garantias acima dos limites fixados por lei.

Em uma mensagem de correio electrónico de 09 de Outubro de 2012, Jean Boustani deu instruções a Teófilo Nhangumele sobre como o Ministro das Finanças devia proceder para contornar a Assembleia da República, o Presidente da República e o Governador do Banco de Moçambique na emissão de garantias soberanas. Na altura ainda se discutia a que entidade o Credit Suisse iria conceder o empréstimo. A Privinvest defendia que os empréstimos deviam ser concedidos ao Estado e não a uma empresa detida pelo Estado.

“O Credit Suisse precisa emprestar (dinheiro) a um Ministério oficial porque, por lei, qualquer ministério representa automaticamente o Estado. Uma garantia soberana tem mil vezes mais peso para o Governo de Moçambique do que um simples contrato que o Credit Suisse está a solicitar. Por que dar ao Credit Suisse algo que eles não estão a pedir?

Espero, irmão, que o Ministro das Finanças não esteja fazer um novo jogo. A resposta do Credit Suisse e de qualquer banco foi clara: eles precisam de um ministério e não podem emprestar a uma entidade semi-estatal. Novamente, uma garantia soberana deve ser aprovada pelo parlamento e assinada pelo governador do banco central mais o chefe do Estado. Portanto, é um exercício demorado. Diga a ele, irmão, o Credit Suisse não quer complicar as coisas e quer uma garantia muito suave do Governo de Moçambique, assinada apenas pelo Ministro das Finanças. Precisamos assinar este termo o mais rápido possível, irmão, para terminarmos com o projeto”, escreveu Jean Boustani em email interceptado pelo FBI e mostrado ao Tribunal.

Por outro lado, funcionários seniores do Estado, incluindo o Director do Serviço de Informação e Segurança do Estado, o filho do então Presidente da República, entre outras personalidades, teriam recebido milhões de dólares para influenciar a aprovação do projecto pelo Presidente Guebuza.

Parece correcto concluir que sem a corrupção, as dívidas ocultas não teriam existido em Moçambique pois o Credit Suisse não teria concedido empréstimos a empresas de um país economicamente muito débil, para a execução de projectos de alto risco económico, por uma empresa de alto risco reputacional, tal como é a Privinvest.

Nota de explicação

O Centro de Integridade Pública (CIP) segue com grande interesse o caso das dívidas ocultas desde que foi despoletado. Este é o maior escândalo financeiro desde que Moçambique existe como Estado e os seus efeitos são por demais dolorosos para os moçambicanos. Por estes motivos, o CIP decidiu acompanhar de perto todos os desenvolvimentos do caso para melhor se informar e consciencializar os moçambicanos sobre os males da corrupção.

O CIP passará a fazer publicações especiais relacionadas com todos os acontecimentos importantes do caso para que mais moçambicanos possam acompanhar a evolução dos factos. O CIP colabora e está aberto a colaborar com a imprensa moçambicana para troca de informação em torno deste caso.

**** Todos documentos e informações nesta publicação foram apresentados em sede de tribunal de Brooklyn New York pelas partes ouvidas no processo (veja aqui: <https://pcl.uscourts.gov/pcl/index.jsf>). O CIP, simplesmente está a fazer a reprodução das mesmas colocando-as no domínio público.**

Maputo, 8 de Novembro de 2019



CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA
Anticorrupção - Transparência - Integridade

Rua Fernão Melo e Castro nº 124, Bairro da Sommerschield

Tel: (+258) 21 499916 | Fax: (+258) 21 499917 Cel: (+258) 82 3016391

Email: cipmoz@gmail.com  @CIP.Mozambique  @CIPMoz  +258 84 389 0584

www.cipmoz.org | Maputo - Moçambique